

Inocência cria comissão e Lyra rejeita

Roberto Stuckert

BRASÍLIA —

Antes mesmo de ser formalizada, a Comissão Especial de Sindicância idealizada pelo presidente da Câmara, Inocêncio de Oliveira (PFL-PE), para continuar as investigações da CPI da máfia do Orçamento sobre 13 deputados já provocou uma crise. Indicado para presidir a comissão, o corregedor geral da Câmara, Fernando Lyra (PSB-PE), chamou-a de inócua e disse que não aceita a indicação.

— A comissão não terá meios para investigar e, por isso, não conseguirá fazer o que a CPI não conseguiu em mais de 90 dias. Entendo que isso levará à desmoralização da Câmara. A atribuição da comissão será a de inocentar todo mundo — disse.

— Isso passa. Isso se resolve — afirmou Inocêncio sobre a resistência de Lyra, antes, porém, de o corregedor chamar a comissão de inócua.

Inocêncio de Oliveira disse que a comissão não terá os mesmos poderes de uma CPI, mas terá mais que a Corregedoria. Ele explicou que sigilos bancários poderão ser quebrados atra-



Inocêncio de Oliveira, em seu gabinete, com o deputado Vital do Rego

vés de projetos de resolução aprovados pelo plenário da Câmara e a comissão não terá prazo para concluir os trabalhos.

O presidente da Câmara decidiu criar a comissão, já chamada no Congresso de “repescagem”,

sem ouvir os líderes, com quem só discutirá a questão hoje de manhã. Para compor a comissão foi indicado um representante de cada partido que tenha mais de 30 parlamentares na Câmara.

— É minha prerrogativa (a

criação da comissão) e não abro mão dela. Mas os indicados têm todo o direito de recusar a indicação — afirmou Inocêncio.

— Não vou participar de um processo com o qual não concordo — repetiu Lyra.

Ele contou que combinara com Inocêncio que, como corregedor, entregaria quinta-feira um parecer sobre o trabalho de investigação a ser feito. Mas por causa da criação da Comissão, o parecer será entregue hoje.

São esses os deputados que serão investigados:

José Luiz Maia (PPR-PI); Jorge Tadeu Mudalen (PMDB-SP); Gastone Righi (PTB-SP); Paes Landim (PFL-PI); Uldurico Pinto (PSB-BA); José Carlos Aleluia (PFL-BA); Mussa Demes (PFL-PI); Pedro Irujo (PMDB-BA); Pinheiro Landim (PMDB-CE); Messias Gois (PFL-SE); Roberto Jefferson (PTB-RJ); José Carlos Vasconcelos (PRN-PE) e Jesus Tajra (PFL-PI). Além disso o Senado terá que investigar o senador Dário Pereira (PFL-RN).

Para a sua defesa, Jesus Tajra conta com uma carta do relator da CPI, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), afirmando que seu nome entrou indevidamente na lista dos investigados.